

A Importância da Prática Psicológica Baseada em Evidências: Aspectos Históricos, Conceituais e Procedimentais

The Importance of Evidence-Based Psychological Practice: Historical, Conceptual and Procedural Aspects

Milena Groetares Rosa¹, Tamires Jordão Laport²

Como citar esse artigo. ROSA, M. G.; LAPORT, T. J. A Importância da Prática Psicológica Baseada em Evidências: Aspectos Históricos, Conceituais e Procedimentais. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 12, n. 3, p. 61-66, set./dez. 2021.

Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Resumo

A Prática Psicológica Baseada em Evidências (PPBE) integra a melhor evidência de pesquisa disponível, a expertise clínica e as preferências e características do paciente, ao processo de tomada de decisão do psicólogo quanto às intervenções que serão utilizadas na terapia. Esse artigo, por meio de uma revisão narrativa da literatura, propõe discutir a respeito da importância da PPBE, elucidando seu surgimento, os principais marcos históricos, os conceitos fundamentais e como eles se dão na prática clínica psicológica. Parte-se do princípio que a PPBE contribui para a oferta de um cuidado psicológico mais eficaz e efetivo, levando em conta as pesquisas científicas e as individualidades de cada paciente.

Palavras-chave: Prática Psicológica; Prática Clínica Baseada em Evidências; Ciência; Revisões Sistemáticas; Níveis de Evidência; História da Psicologia.

Abstract

Evidence-Based Psychological Practice (EBPP) integrates the best available research evidence, clinical expertise and patient preferences and characteristics, into the psychologist's decision-making process regarding the interventions that will be used in therapy. This article, through a narrative review of the literature, proposes to discuss the importance of PPBE, elucidating its emergence, the main historical milestones, the fundamental concepts and how they take place in psychological clinical practice. It is assumed that PPBE contributes to the provision of more effective psychological care, taking into account scientific research and the individualities of each patient.

Keywords: Psychological Practice; Evidence-Based Clinical Practice; Science; Systematic Reviews; Levels of Evidence; History of Psychology.

Introdução

O movimento por busca de provas empíricas da efetividade da psicoterapia não é recente. Desde os anos 1960 encontramos psicólogos e pesquisadores discutindo a respeito da eficácia dos processos terapêuticos (BARLOW; BOSWELL; THOMPSON, 2013). A partir dessas discussões, entidades como a *American Psychological Association* (APA) convocaram psicólogos para o trabalho de pesquisar, debater e publicar estudos empíricos sobre as intervenções clínicas em Psicologia. Muito se desenvolveu ao longo dos anos neste assunto, porém, pensar a prática psicológica aliada à ciência ainda é um desafio a ser explorado por estes

profissionais.

Segundo a Força Tarefa da APA, a Prática Psicológica Baseada em Evidências pode ser definida como a integração das melhores evidências disponíveis com a experiência clínica do terapeuta, no contexto das características pessoais do paciente (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2006). Essa definição é paralela à definição adotada pelo Instituto de Medicina dos Estados Unidos, que define da mesma forma a Prática Baseada em Evidência (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2006). A APA ressalta, no entanto, que na Psicologia é necessário aprofundar a expertise clínica do terapeuta e ampliar as considerações acerca das características do paciente. O

Afiliação dos autores

¹Discente do Curso de Psicologia, Universidade de Vassouras, Vassouras, RJ, Brasil.

²Docente do Curso de Psicologia, Universidade de Vassouras, Vassouras, RJ, Brasil.

* Email de correspondência: migroetares@gmail.com

Recebido em: 16/04/21. Aceito em: 14/05/21.

objetivo da Prática Psicológica Baseada em Evidências é promover uma prática psicológica eficaz e melhorar a saúde pública, aplicando princípios empiricamente sustentados de avaliação psicológica, formulação de caso, relação terapêutica e intervenção (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2006).

O conhecimento científico não tem valor se não tiver como finalidade o bem comum e o desenvolvimento da sociedade. Deste modo, o Código de Ética do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2005) retrata por meio de um dos princípios fundamentais do psicólogo que o profissional deverá contribuir para promover a universalização do acesso da população ao conhecimento da ciência psicológica e é de sua responsabilidade prestar serviços utilizando conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica:

Art, 1º - c) Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional (CFP, 2005, p. 8).

Integrar a ciência à prática psicológica, independente se clínica, institucional ou organizacional, é oferecer intervenções que possuem maior probabilidade de eficácia e eficiência, visando o bem comum. Em vista disso, é importante que os profissionais da Psicologia compreendam o que é Ciência, como acessar e interpretar as pesquisas científicas e de que forma esses dados podem contribuir para sua prática clínica.

Na atualidade, essa discussão tem tomado o foco internacional dos profissionais da Saúde Mental, no Brasil, contudo, a PPBE ainda é pouco discutida - embora esse cenário esteja mudando paulatinamente nos últimos anos. O desafio da Psicologia é divulgar a PPBE e desenvolver as habilidades necessárias nos psicólogos para a utilização dessa abordagem na prática.

Desse modo, este artigo tem por objetivo, através de uma revisão narrativa da literatura, refletir sobre a importância da Prática Psicológica Baseada em Evidência no trabalho clínico psicológico, abordando seus aspectos históricos, como sua origem e principais marcos; seus conceitos e fundamentos teóricos; e como a PPBE pode embasar o trabalho do psicólogo com seu paciente.

O Surgimento da Prática Psicológica Baseada em Evidências

A Prática Psicológica Baseada em Evidências tem sido muito discutida atualmente entre profissionais e estudantes de psicologia no Brasil. Apesar de ser um assunto ainda desconhecido pela maioria

dos profissionais da área e raramente estudado nas graduações, através de canais de comunicação e informação como a internet e as redes sociais, essa discussão tem alcançado um número cada vez maior de estudantes e profissionais. Para testar, basta pesquisar em um site de buscas pelo termo “psicologia baseada em evidências” que logo se encontram indicações de livros, artigos, blogs, cursos e vídeos, publicados recentemente sobre o assunto em língua portuguesa. Essa discussão, contudo, não é novidade na área da Saúde e na Psicologia.

Em 1952 o psicólogo alemão Hans Eysenk realizou uma revisão de 19 estudos experimentais de Psicoterapia da época e concluiu que as intervenções psicoterapêuticas analisadas nos estudos não eram mais eficazes do que a mera passagem do tempo no desenvolvimento do quadro do paciente em tratamento. O psicólogo, após seus estudos, chegou à conclusão que as psicoterapias existentes na época não contribuíam significativamente para a recuperação dos pacientes neuróticos (MONTELEONE; WITTER, 2017). Apesar disso, Eysenk compreendia que os achados de sua pesquisa não refutavam a possibilidade de eficácia das psicoterapias. O pesquisador reconhecia que havia dificuldade de comparação, já que os psiquiatras e psicólogos contemporâneos a ele pouco concordavam conceitualmente (BARLOW; BOSWELL; THOMPSON, 2013).

A publicação de Eysenck (1952) foi polêmica e causou um desconforto na comunidade de terapeutas da época, levando muitos a responderem com refutações e críticas. Autores como Rosenzweig (1954) e Strupp (1963) ficaram conhecidos por suas publicações em resposta à Eysenck (MONTELEONE; WITTER, 2017). Rosenzweig (1954), por exemplo, criticou os estudos de Eysenck como tendenciosos. Strupp (1963) argumentou acerca das observações clínicas existentes na época que documentavam a efetividade da relação terapêutica na evolução do tratamento e afirmou que “todo mundo sabe que a psicoterapia era efetiva” (BARLOW; BOSWELL; THOMPSON, 2013). Eysenck respondeu aos argumentos de Strupp expondo a fragilidade de sua lógica e, sarcasticamente, afirmou que “já houve um tempo em que todos sabiam que o mundo era plano” (BARLOW; BOSWELL; THOMPSON, 2013), opondo-se ao argumento “todo mundo sabe” como evidência segura para sustentar ideias.

Dentre essas discussões, o proeminente pesquisador e terapeuta Carl Rogers, observou que a pesquisa não teve impacto algum sobre sua prática em Psicoterapia e, em 1969 chegou a defender o abandono total da pesquisa em Psicoterapia (BERGIN; STRUPP, 1972 apud BARLOW; BOSWELL; THOMPSON, 2013).

Apesar das controvérsias, o principal legado do trabalho de Eysenck foi estimular a produção

de pesquisas empíricas acerca dos resultados da Psicoterapia (LEONARDI; MEYER, 2015). Eysenck e Strupp foram defensores da realização de ensaios clínicos mais rigorosos para fornecer evidências da eficácia de intervenções em Psicoterapia (BARLOW; BOSWELL; THOMPSON, 2013). Strupp (1963), por exemplo, reconheceu algumas questões cruciais que deveriam ser abordadas pelos pesquisadores se o campo quisesse avançar, tais como: abordar a eficácia de diferentes métodos de terapia; os tipos de mudanças associadas a intervenções terapêuticas específicas; como as variáveis do paciente e do terapeuta influenciam esses achados, entre outros (BARLOW; BOSWELL; THOMPSON, 2013).

Com base nas pesquisas e resultados que foram desenvolvidos por pesquisadores nessa época, novas discussões surgiram a respeito das principais causas por trás da efetividade da Psicoterapia. Parte da comunidade acadêmica da área passou a atribuir a eficácia das psicoterapias às características que estão presentes nas mais diversas intervenções terapêuticas, independente da abordagem utilizada, os chamados *fatores comuns* (LEONARDI; MEYER, 2015), como: as características do terapeuta, sua empatia e acolhimento; características do paciente, como expectativa de melhora com a terapia; e a relação terapêutica entre terapeuta e paciente - considerada por estes pesquisadores como o principal fator para o sucesso da intervenção psicoterapêutica (LEONARDI; MEYER, 2015). Outros pesquisadores, no entanto - a maioria de orientação comportamental e cognitiva - argumentavam que as principais variáveis que causavam a melhora com a Psicoterapia seriam os *fatores específicos* de cada abordagem de terapia, como os procedimentos, técnicas e estratégias de cada uma delas (LEONARDI; MEYER, 2015).

Os debates acerca dos fatores responsáveis pela eficácia da Psicoterapia se estenderam pelos anos seguintes e culminaram em alguns movimentos da *American Psychological Association* (APA), que se iniciaram na década de 1990 (MONTELEONE; WITTER, 2017). Esses movimentos foram conhecidos como *forças-tarefa* e, com o objetivo de comprovar a importância dos fatores específicos para a efetividade das psicoterapias, a Divisão 12 da APA (Divisão de Psicologia Clínica) instaurou, em 1993, uma força-tarefa formada por psicólogos de diferentes abordagens, com intuito mais específico de definir e identificar os chamados Tratamentos Empiricamente Validados (TEV); propor parâmetros de formação para futuros terapeutas e de capacitação continuada para os profissionais em exercício; disseminar os TEV para os planos de saúde; e informar a comunidade médica sobre a efetividade da Psicoterapia (CHAMBLESS, 1993).

Nesse trabalho, a força-tarefa avaliou os tratamentos psicoterapêuticos de acordo com os problemas clínicos específicos, tais como transtorno de

pânico, transtorno obsessivo-compulsivo, depressão, estresse, entre outros (LEONARDI; MEYER, 2015). Uma modalidade de terapia, desse modo, não seria classificada como um Tratamento Empiricamente Sustentado apenas, mas como um Tratamento Empiricamente Sustentado para Transtorno Depressivo Maior, por exemplo (LEONARDI; MEYER, 2015).

Somente em 1995 foi publicado o relatório final dessa força-tarefa, no boletim *The Clinical Psychologist*, onde foram listados dezoito TEV e sete tratamentos provavelmente eficazes (MONTELEONE; WITTER, 2017). Uma atualização dessa lista foi publicada pela Divisão 12 no ano de 1998. Nesta nova lista foram relacionados 16 TEV e 55 tratamentos provavelmente eficazes (LEONARDI; MEYER, 2015).

Apesar de inúmeras críticas acerca dos métodos e critérios utilizados por esta força-tarefa, outras divisões da APA realizaram trabalhos semelhantes, através de novas forças-tarefa. A Divisão 29 (Psicoterapia), por exemplo, criou em 1999 sua força-tarefa com o objetivo de identificar, operacionalizar e disseminar dados acerca de relações terapêuticas empiricamente validadas - ou sustentadas (MONTELEONE; WITTER, 2017).

Em 2005, em meio aos debates sobre o que deveria ser considerado empiricamente validado na pesquisa em Psicoterapia e preocupada com a lacuna entre Ciência e Prática, a APA formou uma nova força-tarefa, também composta por psicólogos de diferentes abordagens, com o objetivo de estabelecer um paradigma que representasse diferentes linhas conceituais, metodológicas e práticas da Psicologia (LEONARDI; MEYER, 2015). Através desse trabalho a APA definiu o conceito de Prática Psicológica Baseada em Evidências (PPBE) como sendo a integração das melhores pesquisas disponíveis com a experiência clínica, no contexto das características, cultura e preferências do paciente (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2006). Os três componentes que compõem a PPBE - evidências de pesquisa, expertise do clínico e características do cliente - possuem o mesmo grau de importância na determinação da melhor conduta do terapeuta para cada cliente. (LEONARDI; MEYER, 2015).

Sobre a mudança do conceito de Tratamentos Empiricamente Validados - ou Sustentados - (TEV), para Prática Psicológica Baseada em Evidências (PPBE), a APA esclarece que a PPBE é um conceito mais abrangente. Os TEV começam com um tratamento e perguntam se ele funciona para um determinado distúrbio ou problema em circunstâncias específicas. A PPBE começa com o paciente e pergunta quais evidências de pesquisa ajudarão o psicólogo a alcançar o melhor resultado na Psicoterapia (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2006).

Aspectos Conceituais e Procedimentais: O que é PPBE e como fazer?

A Prática Psicológica Baseada em Evidências inspirou-se no movimento da Medicina dos anos 1990, Medicina Baseada em Evidências, que surgiu da Epidemiologia Clínica anglo-saxônica, iniciado na Universidade McMaster, no Canadá (MELNIK; SOUZA; CARVALHO, 2014). A PPBE é uma abordagem que orienta a tomada de decisão do clínico, baseando-se nas melhores evidências disponíveis para a demanda de seu paciente. Dessa forma, a PPBE requer aprendizado e atualização constantes do profissional (MELNIK; SOUZA; CARVALHO, 2014).

Spring (2007) lança mão da metáfora do “banquinho de três pernas” para ilustrar os principais fatores que sustentam a prática baseada em evidências. Segundo o autor, cada círculo deve ser considerado e integrado para fundamentar a tomada de decisão clínica no tratamento de um paciente. O conteúdo dos três círculos (Figura 1) são: (a) melhores evidências de pesquisa disponíveis; (b) expertise clínica; e (c) valores, preferências e características do paciente (SPRING, 2007).



Figura 1: Os três círculos da Prática Clínica Baseada em Evidências.
Fonte: Adaptado de Spring (2007).

A Melhor Evidência Científica Disponível

A melhor evidência científica disponível é considerada em relação a efetividade, eficiência, eficácia e segurança das intervenções psicoterápicas pesquisadas (MELNIK; SOUZA; CARVALHO, 2014)

Melnik, Souza e Carvalho (2014) diferenciam

os termos efetividade, eficácia, eficiência e segurança em relação às intervenções psicoterápicas. Segundo os autores, a efetividade está relacionada às intervenções que demonstram funcionar na prática “real” com o paciente; a eficiência diz respeito ao custo-benefício dessa intervenção, os seus resultados em longo prazo; a eficácia acontece quando a intervenção funciona em contexto ideal (estudo controlado); e, por fim, a segurança significa que a intervenção tem efeitos confiáveis e é quase nula a chance de ocorrer um efeito indesejável no paciente.

É recomendada a busca por evidências de nível I (Figura 2), ou seja, as Revisões Sistemáticas (RS). As Revisões Sistemáticas são os estudos que avaliam ensaios clínicos randomizados; é uma revisão sistematizada da literatura científica, que usa métodos sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente estudos relevantes sobre uma questão específica (SOUZA; RIBEIRO, 2009).

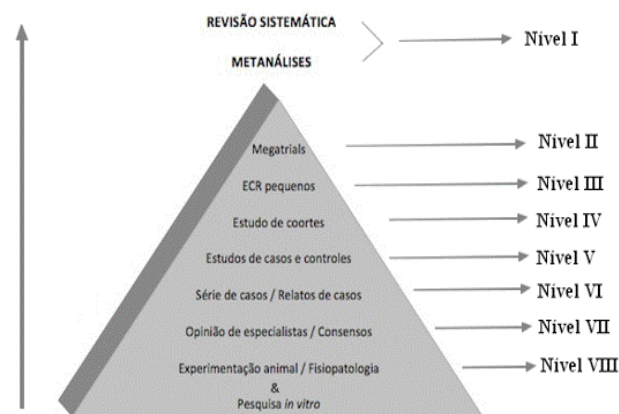


Figura 2: Níveis de Evidências.

Fonte: Autor

Quando não há revisões sistemáticas disponíveis, a alternativa é buscar por ensaios clínicos randomizados com mais de 1000 participantes - nível II de evidências (Figura 2). E se não existir um grande ensaio clínico, o psicólogo deve basear sua decisão em um ensaio clínico randomizado médio ou pequeno, com menos de 1000 participantes, o que caracteriza nível III de evidências (Figura 2). Estudos controlados, porém, sem randomização, também podem ser utilizados - este tipo de estudo é considerado de nível IV (Figura 2) e são chamados de estudos de coorte. Se não há esses estudos, procuram-se informações científicas baseadas em um modelo de estudo chamado de casos e controles e em relatos de casos – níveis V e VI (MELNIK; SOUZA; CARVALHO, 2014).

E, finalmente, não se encontrando níveis de evidência de I a VI (Figura 2), ficamos com opiniões de

especialistas, ou de consensos de grupos de especialistas, não baseados em evidências científicas (MELNIK; SOUZA; CARVALHO, 2014).

Existem na literatura muitas classificações de níveis de evidência e graus de recomendação. A apresentada na Figura 2 é inspirada em Melnik e Atallah (2011).

É interessante citar que o termo metanálise foi cunhado por Gene V. Glass, um estatístico e pesquisador americano na área de psicologia escolar (SILVA; OTTA, 2013). Metanálise é o método estatístico utilizado na Revisão Sistemática para integrar os resultados dos estudos incluídos e aumentar o poder estatístico da pesquisa primária (SOUZA; RIBEIRO, 2009).

Como principais fontes de pesquisa do psicólogo, nas revisões sistemáticas, com ou sem metanálise, o conhecimento científico disponível é mapeado. Segundo Silva e Otta (2013), algumas das bases de dados eletrônicas mais importantes para os psicólogos realizarem suas pesquisas, são: PsycINFO (da American Psychological Association); PsycDOC (do Colégio de Psicólogos de Madrid) e BVS-PSI ULAPSI (Fórum de Entidades Psicologia (FENPB), BIREME, REBAP, IPUSP), que podem ser complementadas por bases de dados eletrônicas da ciência em geral: ISI Web of Knowledge; SCOPUS; LILACS; PubMed; EMBASE e ERIC.

Sabadini, Sampaio e Koller (2009) citam as bases PsycINFO (APA); PSICODOC (Base de Dados de Psicologia); PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia); Index Psi Periódicos Técnico-Científicos (referências e resumos de artigos de revistas nacionais), como as mais relevantes na área de psicologia. As bases LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde); SciELO (Scientific Electronic Library Online); CLASE (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades); Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revis-tas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal); Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal); PASCAL (Institut de l'Information Scientifique et Technique du Centre National de la Recherche Scientifique); SCOPUS (ELSEVIER); Web of Science (Institute for Scientific Information [ISI]); JCR (Journal Citation Reports - opera de forma integrada à Web of Science); como exemplo de relevantes bases em áreas afins e multidisciplinares à psicologia. E, ainda, citam as bases EDLINE (Literatura Internacional em Ciências da Saúde); Sociological Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts[CSA]); ERIC (Education Resources Information Center); como principais bases de dados de outras áreas que integram a Psicologia (SABADINI; SAMPAIO; KOLLER, 2009).

Expertise Clínica

O componente da PPBE que aborda mais propriamente as habilidades do psicólogo é chamado de expertise clínica. Trata-se do julgamento e da experiência clínica do profissional, e abrange uma série de competências que promovem resultados terapêuticos positivos, como: avaliação, formulação e planejamento de casos e tratamentos; tomada de decisão clínica, implementação do tratamento e monitoramento do progresso do paciente; experiência interpessoal; constante reflexão sobre a própria prática clínica e constante aprimoramento; compreensão das diferenças individuais e culturais do paciente; entre outros (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2006).

Segundo o relatório da *Task Force on Evidence-Based Practice*, da APA (2006), o psicólogo clínico deve ser capaz de formular conceituações de casos claros e teoricamente coerentes, avaliar a patologia do paciente, bem como seus pontos fortes clinicamente relevantes e fazer julgamentos diagnósticos precisos. Além dessas características, o relatório também ressalta a importância da flexibilidade do psicólogo clínico para adaptar o tratamento ao caso específico.

Valores, preferências e características do paciente

A PPBE pressupõe a decisão informada, logo, as decisões clínicas devem ser feitas em colaboração com o paciente. O psicólogo é quem faz o julgamento final a respeito de uma intervenção, porém o envolvimento ativo do paciente é fundamental para o sucesso do tratamento (MELNIK; SOUZA; CARVALHO, 2014).

A partir de sua expertise clínica, o psicólogo pode adaptar intervenções e construir uma relação terapêutica que respeite a visão de mundo, os valores, as preferências, as capacidades e outras características do paciente (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2006). Segundo a *Task Force on Evidence-Based Practice* (2006) o processo psicoterapêutico é mais eficaz quando responde aos problemas específicos do paciente, sua personalidade, contexto sociocultural e preferências. É necessário o psicólogo perguntar-se sobre “o que funciona e para quem funciona” (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2006).

A cultura, por exemplo, não influencia apenas a natureza e a expressão da Psicopatologia, mas também a compreensão do paciente sobre a saúde e a doença psicológica e física (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2006). De modo semelhante, os psicólogos também precisam compreender e refletir sobre as maneiras como suas próprias características, valores, crenças, contextos sociais e situacionais, interagem com as do paciente e interferem na relação terapêutica e no progresso da Psicoterapia.

Considerações finais

A Prática Psicológica Baseada em Evidências é um processo e não um conjunto de verdades. A PPBE é uma abordagem voltada para a tomada de decisão clínica, baseada na melhor evidência científica disponível na intervenção psicoterapêutica. Apesar de ainda ser pouco discutida e estudada no Brasil, houve discussões por décadas entre pesquisadores e psicólogos e, atualmente, ela está em destaque nas discussões internacionais em Psicologia, com o intuito de minimizar a lacuna entre ciência e prática psicológica.

Ainda existem muitas limitações na PPBE a serem exploradas por psicólogos e pesquisadores, como o desenvolvimento de mais pesquisas que foquem no ensino das habilidades necessárias para a aplicação da PPBE. Existe a necessidade de novos estudos que abordem temas como a eficácia e eficiência da prática psicológica com minorias, como pessoas da população LGBTQIA+, minorias raciais e sociais; a eficácia e eficiência do tratamento psicológico com idosos; os efeitos do feedback sobre o progresso do tratamento; pesquisa sobre prevenção de distúrbios psicológicos e comportamentos de risco; entre tantos outros assuntos que carecem de pesquisa e investigação científica no meio psicológico.

Além do contexto clínico, a PPBE pode ser muito útil no desenvolvimento de políticas públicas de saúde mental, tendo em vista formulação de intervenções e prevenções, baseados em pesquisas científicas, objetivando oferecer à população métodos mais eficazes e o bom uso do dinheiro público. O Ministério da Saúde em 2012, por exemplo, junto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC), criou o Portal Saúde Baseada em Evidências, que em 2015 foi atualizado devido a uma nova parceria do governo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Organização Mundial da Saúde (OMS) no Brasil e com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde da OPAS/OMS (BIREME/OPAS/OMS).

O futuro da Psicologia enquanto ciência e profissão no Brasil depende do empenho constante dos psicólogos pesquisadores, clínicos, servidores públicos, organizacionais, e demais outros, na busca pela aproximação da prática profissional à ciência psicológica e pelo desenvolvimento científico da Psicologia frente aos desafios do século XXI.

Referências

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Evidence-Based Practice In Psychology: APA Presidential Task Force On Evidencebased Practice. *American Psychologist*, v. 61, p. 271-285, 2006. Disponível em: <https://www.apa.org/pubs/journals/features/evidence-based-statement.pdf>. Acesso em: 16 Mar. 2021.

BARLOW, D. H.; BOSWELL, J. F.; THOMPSON, J.H. Eysenck, Strupp, And 50 Years Of Psychotherapy Research: A Personal Perspective. *Psychotherapy*, v. 50, n. 1, p. 77-87, 2013. Disponível em: <https://content.apa.org/record/2013-08252-011>. Acesso em: 21 Mar. 2021.

CHAMBLESS, D. L. Task Force On Promotion And Dissemination Of Psychological Procedures: A Report Adopted By The Division 12 Board. *American Psychological Association*, Washington, 1993. Disponível em: <https://www.div12.org/sites/default/files/InitialReportOfTheChamblessTaskForce.pdf>. Acesso em: 21 Mar. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 010, de 21 de julho de 2005.** Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em 24 Mar. 2021.

EYSENCK, H. J. The Effects Of Psychotherapy: An Evaluation. *Journal of Consulting Psychology*, v.16, p. 319-324, 1952. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1953-05921-001>. Acesso em: 09 Mar. 2021.

LEONARDI, J. L.; MEYER, S. B. Prática Baseada em Evidências em Psicologia e a História da Busca pelas Provas Empíricas da Eficácia das Psicoterapias. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 35, p. 1139-1156, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932015000401139&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 Mar. 2021.

MELNIK, T.; ATALLAH, A. N. **Psicologia Baseada em Evidências: Provas Científicas da Efetividade da Psicoterapia.** São Paulo: Santos, 2011.

MELNIK, T.; SOUZA, W. F.; CARVALHO, M. R. A Importância Da Prática Da Psicologia Baseada Em Evidências: Aspectos Conceituais, Níveis De Evidência, Mitos E Resistências. *Revista Costarricense de Psicología*, v. 33, n. 2, p. 79-92, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=476747238008>. Acesso em: 27 Out. 2020.

MONTELEONE, T. V.; WITTER, C. Prática Baseada em Evidências em Psicologia e Idosos: Conceitos, Estudos e Perspectivas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, n. 1, p. 48-61, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932017000100048&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 Mar. 2021.

ROSENZWEIG, S. A Transvaluation Of Psychotherapy: A Reply To Hans Eysenck. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, v. 49, p. 298-304, 1954. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1955-01011-001>. Acesso em: 24 Mar. 2021.

SABADINI, A. A. Z. P.; SAMPAIO, M. I. C.; KOLLER, S. H. **Publicar em Psicologia um Enfoque para a Revista Científica.** São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia, 2009.

SILVA, G. A.; OTTA, E. Psicologia Baseada Em Evidências: Uma Abordagem Promissora A Ser Descoberta Pelos Psicólogos. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, São Paulo, v. 33, n. 84, p. 20-29, 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/946/Resumenes/Resumo_94632386003_5.pdf. Acesso em: 20 Mar. 2020.

SOUZA, M. R.; RIBEIRO, A. L. P. Revisão Sistemática E Meta-Análise De Estudos De Diagnóstico E Prognóstico: Um Tutorial. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 92, n. 3, p. 241-251, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0066-782X2009000300013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 Mar. 2020.

SPRING, B. Evidence-Based Practice in Clinical Psychology: What It Is, Why It Matters; What You Need to Know. *Journal Of Clinical Psychology*, v. 63, p. 611-631, 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/jclp.20373>. Acesso em: 12 Mar. 2021.

STRUPP, H. H. The Outcome Problem In Psychotherapy Revisited. *Psychotherapy: Theory, Research and Practice*, v. 1, p. 1-13, 1963. Disponível em: <https://content.apa.org/record/2013-08252-002>. Acesso em: 16 Mar. 2021.